

# Aprendizado penoso

Rubens P. Cysne

**N**ÃO são raros os filmes de terror que se iniciam a partir de experimentos científicos cujo sucesso traria imensuráveis benefícios à humanidade, mas que à última hora, devido a um pequeno lapso ou acidente de percurso, resultam na criação de um monstro.

Mantidas as devidas proporções, este parece ser o destino do nosso Plano Cruzado. Iniciado a partir da idéia tecnicamente defensável de passagem à média de valores com reajustes espaçados e congelamento temporário de preços e salários, o conjunto de medidas tomadas a partir de 28 de fevereiro do ano passado corre o risco de levar o país a uma completa desorganização.

O lapso ficou, como se sabe, por conta do descontrole de demanda. A desorganização do sistema produtivo se inicia pela elevação dos empresários à categoria de vilões, passa pela ausência de racionalidade no controle de preços por um ano, e termina em medidas populistas tomadas totalmente fora de hora. Dentre estas, incluem-se a concessão de um aumento de 25% e 13º salário aos funcionários públicos, anunciados ao final de dezembro, bem como a pretendida inusitada elevação do salário mínimo recentemente divulgada.

É claro que estas medidas não guardam vínculo direto com o tratamento de choque contra a inflação implantado no início do ano passado. Mas é claro também, bem como importante lembrar, que elas se tornam particularmente inconsistentes e nocivas ao bom funcionamento do sistema econômico quando introduzidas concomitantemente a um controle generalizado de preços. Na ausência de respostas destes últimos a estas modificações, o aumento de custos daí decorrente implica numa queda de produção e ampliação do excesso de demanda dos setores que já operam sob este regime. A ausência ou parcialidade do controle de preços, por outro lado, somente anteciparia o seu caráter inflacionário.

De fato, a administração de preços, da forma como atualmente realizada, apenas revela uma transferência de problemas para o futuro. A atual equipe econômica não pode se desvencilhar deste instrumento, pois depende dele para sobreviver no comando. Dentro em breve, no entanto, as pressões do setor produtivo forçarão a uma mudança de política, com restrição do mecanismo de controle de preços aos setores oligopolizados, como se fazia anteriormente. Uma vez mais, aparecerá nas manchetes de jornais o termo "inflação corretiva", eufemismo usualmente utilizado para uma devida imputação de responsabilidade à equipe econômica anterior. O motivo é justo, pois ninguém gosta de iniciar um jogo com desvantagens prévias no placar.

Por falta de implantação conjunta, tanto a política de demanda quanto a de rendas foram lançadas ao descrédito. A primeira entre 1981 e 1986 e a segunda neste último ano. Espera-se ao menos que, assim como o fracasso da contenção monetária num ambiente de indexação trouxe à tona a política de rendas, a derrota do controle de preços sem restrições de demanda sirva de evidência à necessidade de austeridade na condução de política monetária-fiscal em situações futuras de combate à inflação. Afinal, o Brasil não é tão rico que lhe permita sobreviver vários anos como tubo de ensaio para testes unidoxos de planos de estabilização.

A situação do país ao início de 1986 era certamente melhor que agora por pelo menos quatro motivos: primeiro, porque a situação das contas externas facultava uma viagem curta, porém agradável, ao mundo da elevação efêmera de consumo e salários reais; segundo, porque permitia a implantação de um programa tipo cruzado corretamente conduzido (não hetero, como foi, mas sim ambidoxo), o que já não mais ocorre, devido à perda de credibilidade em programas congêneres; terceiro, porque embora a inflação fosse igualmente elevada, os índices àquela época ao menos refletiam o fato; quarto, porque não havia filas nem tamanha incoerência de preços relativos. Isto para não falar na queda de qualidade dos produtos, desorganização do sistema financeiro, utilização de uma tabela para conversão de cruzeiros em cruzados incompatível com a inflação ocorrida (gerando transferência de renda contra os credores com contratos prefixados), bem como no tempo perdido para a digestão de uma parafernália de novas regras, alíquotas etc...

O término do controle generalizado de preços deveria vir o quanto antes, antecipado, obviamente, de uma acentuada redução de demanda. De fato, qual a possibilidade que tem um técnico do Seap, por mais habilitado que seja, de avaliar precisamente e sem defasagens as modificações de gostos, distribuição de renda (e, conseqüentemente, demanda), da relação capital/trabalho na produção de cada firma, de substituíbilidades técnica e custos dos diferentes insumos de produção, da qualidade destes últimos e do produto final, ocorridos desde o final de fevereiro de 1986 e, por último, quantificar os reflexos de todos estes fatores (bem como do cálculo supostamente simultâneo de seus colegas de trabalho) sobre o preço final de um determinado produto?

A política econômica que se faz no momento é tecnicamente inconsistente. O país não escapará de uma fase de transição, na qual o ajuste se fará sentir por meio de queda das taxas de crescimento do produto, do salário real líquido

de pleno emprego (devido à necessidade de redução do déficit público, desvalorização do câmbio real e recomposição das margens de lucro), inflação bastante elevada (a se manterem as regras atuais concernentes ao ajuste de salários, e na ausência de controles artificiais de preço, tendendo a 20% ao mês a partir de fevereiro/março deste ano), retrocesso na qualidade e variedade de produtos colocados à disposição do público, séria crise de abastecimento, greves generalizadas visando à realização de um poder aquisitivo prometido porém impossível, bem como, ao que tudo indica, de uma nova submissão a contingenciamentos externos.

O início deste processo, bem como a sua intensidade, dependerá da maior ou menor disposição de agentes econômicos não residentes na aceitação de ativos liquidamente emitidos por brasileiros (leia-se: acesso ao crédito externo). De fato, não se deve esquecer que qualquer governo, por menos equipado que seja, sempre pode propiciar à população um elevado poder aquisitivo no curto prazo. Trata-se de uma simples opção intertemporal, em detrimento das futuras gerações, obtida à custa da proliferação de subsídios ou valorização do câmbio real.

Todos estes fatores serão tão mais acentuados quanto mais tarde vierem. A opção pelos pobres é uma questão política, que não se pretende aqui discutir. O problema é que o governo insiste em promovê-la sem identificar diretamente aqueles que arcarão com os custos inerentes ao processo, gerando com isto graves distorções. No espaço de tempo de um ou dois anos, o mais indicado para isto não é o congelamento de cestas básicas ou elevações nominais de salários, mas sim uma política de adequada progressividade de impostos diretos sobre as rendas do trabalho e capital, mantido inalterado o equilíbrio orçamentário do agente coordenador (governo). Não adianta querer dar sem tirar. No último ano, tirou-se do passado (desacumulação de reservas), mas agora o recurso à intertemporalidade está praticamente esgotado. Apenas no longo prazo, com devido pedido de licença à acumulação de capital, progresso tecnológico e pela melhor alocação de recursos (incluindo aí o setor público), isto se torna possível. Na ausência de outras barreiras efetivas ao populismo que não a iminência de uma inadimplência externa, o Brasil corre um sério risco de retrocesso ou estagnação de longo prazo. Não seria o primeiro país da América do Sul a passar por uma experiência deste tipo. Nem o segundo.

Rubens P. Cysne é professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (EPGE-FGV)